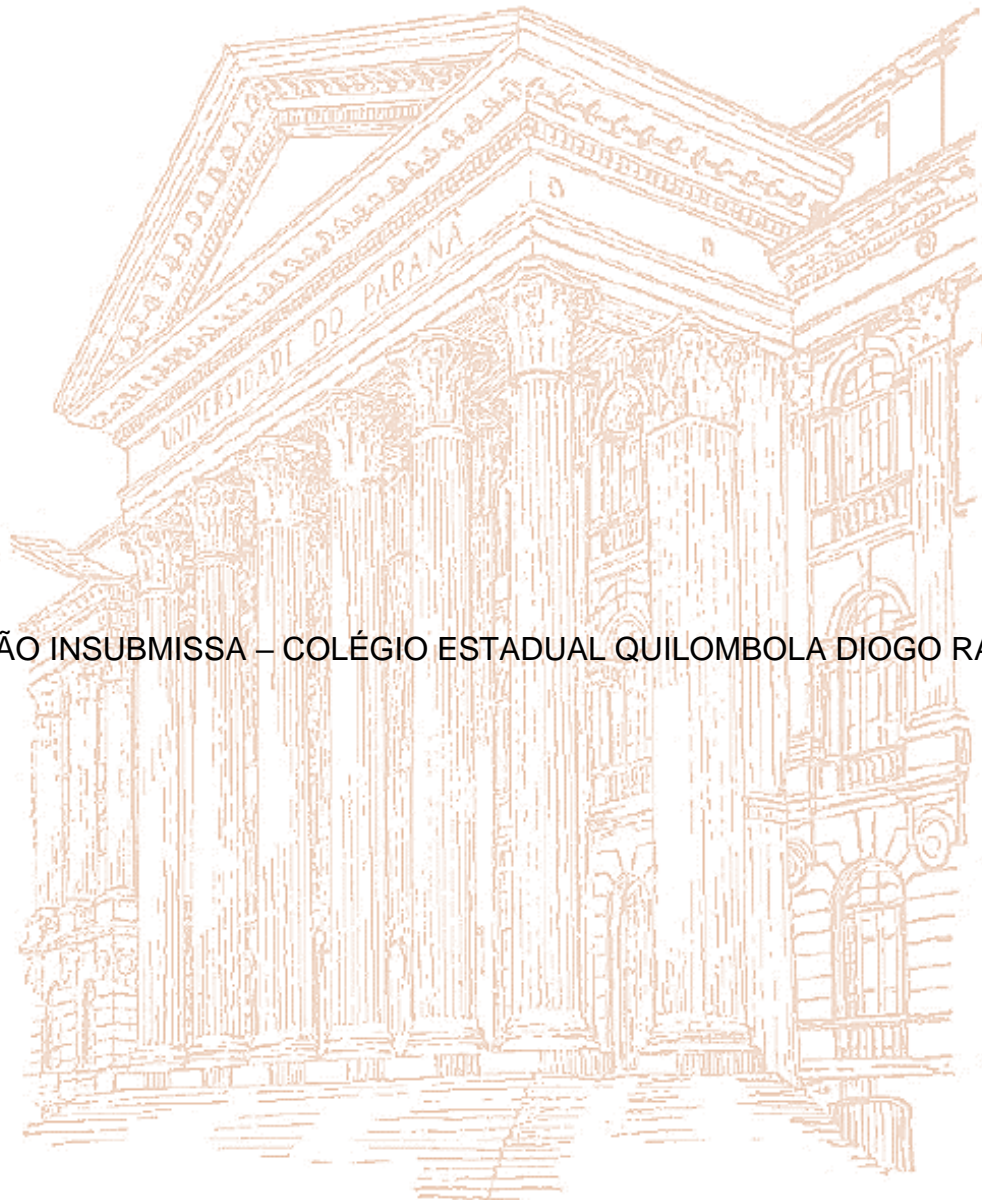


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIANE MOREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO INSUBMISSA – COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS

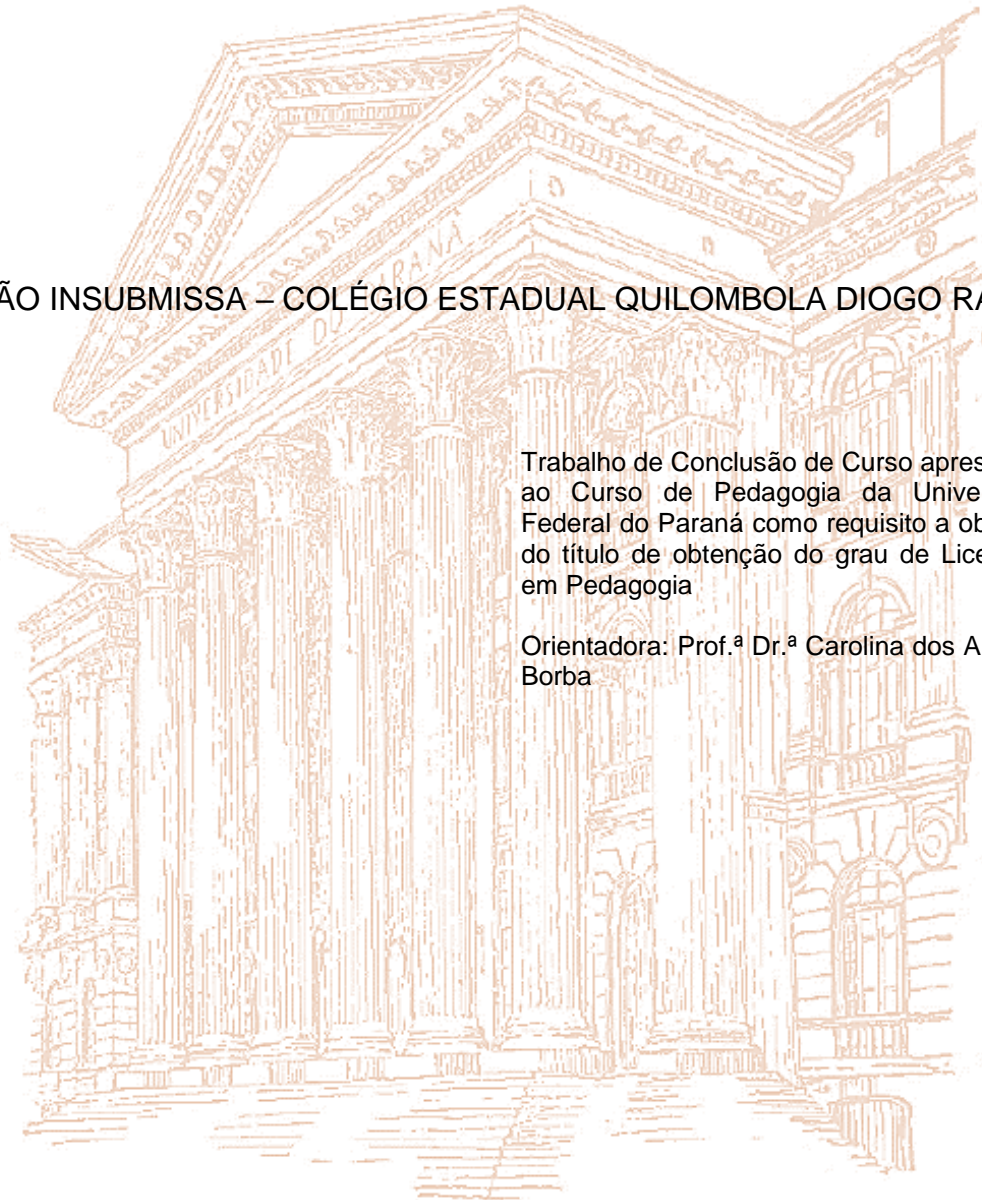


CURITIBA

2017

FABIANE MOREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO INSUBMISSA – COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná como requisito a obtenção do título de obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carolina dos Anjos de Borba

CURITIBA

2017

A todas e todos que foram acolhedores, pacientes e que depositaram fé no trabalho realizado. Em especial a Comunidade Quilombola João Surá.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha família por me fortalecer e apoiar em todas as fases deste trabalho, foi pelo incentivo da minha irmã que tive coragem de encarar uma nova jornada, foi pelo amparo dos meus pais que tive a tranquilidade de seguir em frente sabendo que tinha sempre para onde voltar.

Agradeço ao meu companheiro por cuidar da minha saúde física e mental nos momentos mais difíceis e prazerosos desta jornada, guardarei na memória com carinho o nosso companheirismo. A vida nos reserva sempre surpresas, boas ou ruins, ter alguém para compartilhá-las é a grande graça de se viver.

Agradeço aos amigos que em algum momento da caminhada dividiram alegrias e tristezas comigo, as amizades que cultivei nessa caminhada me ensinaram a agradecer pelos momentos de alegria, mesmo em dias cinzas. A esses companheiros de luta dedico minha sincera admiração, pois enfrentar o mundo como nós enfrentamos é preciso muita força e esperança.

Agradeço a minha orientadora por me guiar nessa nova construção de identidade. Ainda lembro da imensa inspiração que senti ao conhecê-la, uma mulher de garra, que ama o que faz e que não foge de nenhuma luta, sempre ajudando e defendendo a todos que precisem. Foi um presente ter a oportunidade de aprender com ela.

Agradeço por ter conseguido conquistar mais uma batalha da minha vida, conquista essa que não é só minha, mas foi pela minha fé em conquistar meu espaço, fazer ouvir a minha voz, que pude enfrentar todas as barreiras que apareceram no caminho.

Agradeço aos meus ancestrais por abrirem caminho para as minhas conquistas, pois sei que não estou só.

*Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça:
nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que
seja menos difícil amar*
Paulo Freire

RESUMO

No histórico de luta social da educação escolar quilombola, o processo de institucionalização é recente comparado ao histórico da educação escolar brasileira. Em 2012 foi implementada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Essa conquista foi o resultado das lutas de militantes quilombolas e da CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, pressionando o governo federal a atender da melhor maneira as necessidades das comunidades. O movimento de valorização do conhecimento e modo de vida de comunidades tradicionais também se faz presente em outros lugares da América latina, que contrariam os pensamentos hegemônicos e propõem diferentes formas de educação, com práticas pedagógicas insubmissas ao pensamento eurocêntrico. Na educação escolar quilombola o relacionamento da comunidade e escola são fundamentais para prática educacional libertadora e antirracista. Diante desta problemática social a preocupação em estabelecer vínculo, diálogo e respeito com a comunidade precisa estar presente nas práticas pedagógicas das escolas inseridas nos territórios quilombolas, e em estabelecimentos educacionais que atendam alunos quilombolas. A educação escolar quilombola não deve estar desvinculada dos conhecimentos da comunidade, e precisa atender às especificidades detalhadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, tendo seu currículo a flexibilidade e qualidade de ensino confluindo conhecimentos ocidentais com os conhecimentos da comunidade. A pesquisa sobre Educação Escolar Quilombola, tem o intento de compreender a escola nas suas relações com a comunidade, e a maneira como ela interage com os conhecimentos teóricos e práticos, e conhecimentos, tradições e práticas da comunidade. A metodologia utilizada para a presente investigação foi a etnografia, comportando pesquisa de campo e observações participante, acompanhadas do registro em caderno de campo. Tal exercício, possibilitou melhor percepção das relações da comunidade com a escola e com o território. A questão territorial é de extrema importância para a comunidade e que está intimamente ligada à educação presente nas práticas pedagógicas da escola.

Palavras-Chave: Educação Escolar Quilombola, Território, Pedagogias Insubmissas.

ABSTRACT

In the history of social struggle of quilombola school education, the process of institutionalization is recent compared to the history of Brazilian school education. In 2012, the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education were implemented. This achievement was the result of the struggles of Quilombola militants and CONAQ - National Coordination of Articulation of Quilombola Rural Black Communities, pressing the Federal Government to better serve the needs of the communities. The movement of valuing the knowledge and way of life of traditional communities is also present in other places in Latin America, which contradict hegemonic thinking and propose different forms of education, with pedagogical practices that are insubmissive to Eurocentric thinking. In quilombola school education, community and school relationships are fundamental to liberating and antiracist educational practice. In face of this social problem, the concern to establish bond, dialogue and respect with the community must be present in the pedagogical practices of the schools inserted in the quilombolas territories, and in educational establishments that serve quilombola students. Quilombola school education should not be disassociated with community knowledge, and must meet the specificities detailed in the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education, with its curriculum the flexibility and quality of teaching, bringing together Western knowledge with community knowledge. The research on Quilombola School Education, in the meantime, the compiler is a member of the team, who is responsible for ensuring that there are no conflicts of interest and predicates, contexts, traditions and praxis of the community.. The methodology used for the research is based on the concept of ethnography, using anthropology, which has a different format of research. With the experiences in the field and observations linked to the field notebook. Making it possible for us to perceive with more precision the relations of the community with the school and with the territory. The territorial issue is of extreme importance to the community and is closely linked to the education present in the pedagogical practices of the school.

Key-words: School Education Quilombola, Territory, Insubmissible Pedagogies.

LISTA DE ABREVIATURAS

- LDB – Leis de Diretrizes Bases da Educação
- UFPR - Universidade Federal do Paraná
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- DCNEQ - Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Escolar Quilombola
- SEED – Secretaria Estadual de Educação
- MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA – TERRITÓRIO, IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE	14
2.1.	IDENTIDADE DE GRUPO E ANCESTRALIDADE - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E TERRITÓRIO.....	15
2.2.	REPRESENTAÇÃO SOCIAL E TRAJETÓRIAS - OS SUJEITOS ATUANTES NO ESPAÇO ESCOLAR	23
2.3.	LUTA ANCESTRAL PELO TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO - DESAFIOS DA COMUNIDADE E DA ESCOLA	29
3.	RE-EXISTENCIA - DESMISTIFICANDO A TRAJETÓRIA DO BRASIL NEGRO E QUILOMBOLA.....	31
3.1	MOVIMENTOS DE INSURGÊNCIA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO.....	32
3.2	LEIS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	34
3.3	EDUCAÇÃO X ESCOLARIZAÇÃO - A REPRESENTATIVIDADE NO ESPAÇO EDUCACIONAL	37
4.	ESCOLA INSUBMISSA - PROPOSTA PEDAGÓGICA DO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS	40
4.1	UMA PROPOSTA DE UNIÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	42
4.2	OLHARES SOBRE AS REALIDADES DA COMUNIDADE - CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS.....	43
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS:	50

1. INTRODUÇÃO

A educação é uma poderosa ferramenta combativa contra ideologias racistas e preconceituosas inculcadas na sociedade; no entanto, a muito tempo vem sendo usada para reforçar os estereótipos que, uma elite dominante e hegemônica, estabelece, em vista de um estado social, que o negro, como pessoa, como humano, é inferiorizado e subalternizado. Para reverter esse quadro de discriminação racial a educação é uma das vias a abrir espaços para efetivamente mudar as perspectivas e para a construção de uma sociedade mais igualitária, aonde a diversidade não seja somente respeitada, mas aonde a própria diferença se configure como modo de inclusão social. Uma educação libertadora, de desobediência, de autonomia, uma educação que seja insubmissa, assim como Melgarejo anuncia:

Pedagogias insubmissas são o produto de outras educações com outras concepções pedagógicas, convocadas, emergentes e que provocam reflexão crítica, pois é o resultado de diferentes momentos de participação acadêmica e política que atravessa o pensamento pedagógico contemporâneo na América Latina. A definição de "outra educação", "outra saúde", exige a construção de "outra sociedade" através da ação de "outras pedagogias" (MELGAREJO, 2015, p. 33)¹

Sendo assim, a proposta inicial é provocar uma reflexão sobre essa modalidade educacional e como ela interage com a comunidade quilombola. Para falar sobre educação escolar quilombola é necessário compreender o conceito de quilombo, e o que ele representa para a população negra. A palavra Quilombo é derivada de *Kilombo*, que significava um grupo formado por guerreiros *mbundu* (um grupo onde era necessário a permissão para se entrar) e foi aderida no Brasil pelos negros escravizados para constituir seus refúgios e agregar outros refugiados (MOURA, 2012). Essa forma de organização dos povos Banto, reconstituída no Brasil serviu como resistência ao regime escravocrata (MUNANGA e GOMES, 2006) mas ainda persiste com uma configuração muito mais complexa de existência e

¹¹ Las pedagogías insubmisas son producto de las otras educaciones como pedagogías otras, concepción convocada, emergente y que convoca a la reflexión crítica, ya que es fruto de distintos momentos de participación académica y política que recorre el pensamiento pedagógico contemporáneo en América Latina. La definición de "otra educación", "otra salud", llama a la construcción de "otra sociedad" a través de la acción de "pedagogías otras".

resistência, de organização social e política e de uma ontologia que se diferencia da imposta pela sociedade capitalista.

Nesta perspectiva em 2016, através da inserção do grupo de pesquisa Joana Andrade², da Universidade Federal do Paraná, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Carolina dos Anjos de Borba, foi possível iniciar uma pesquisa em torno da educação escolar quilombola que ocorre no estado do Paraná. Para isso foi imprescindível a parceria e colaboração da direção e coordenação pedagógica do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, onde foi desenvolvida a pesquisa. Assumindo o desafio de compreender o fazer pedagógico nesta modalidade educativa, dentro da pesquisa escolho uma investigação etnográfica para observar o trabalho na escola e a relação estabelecida com a comunidade, muito utilizado pela antropologia pelo seu formato de realização de pesquisa, valorizando a observação para poder compreender o que se observa nesse espaço sem prévios julgamentos:

Esse debruçar-se incerto sobre os fatos é justamente o fundamento da etnografia. Se tem algum valor, é porque ela lida com a surpresa, é porque ela é um método cujo o objetivo, ao ser aplicado, é mostrar ao pesquisador, em primeiro lugar, o que ele não sabia que estava lá. A etnografia nasce e se consolida em desafio à previsão. (CONTANDA, SILVA, ALVES, E ALMEIDA, p.72, 2008)

A pesquisa realizada durou um ano, mesclando pesquisa de campo com pesquisa bibliográfica. Utilizando ferramentas como o caderno de campo, entrevistas e registros fotográficos. As primeiras etapas da pesquisa foram de busca de informação sobre o tema e sobre o espaço de pesquisa. As leituras bibliográficas que embasam as temáticas raciais no Brasil e sobre as comunidades Quilombolas. Posteriormente início as pesquisas de campo. Os primeiros contatos com a comunidade foram extremamente importantes para se estabelecer uma relação de confiança sobre o trabalho realizado. A primeira visita ao quilombo João Surá ocorreu no dia 3 de outubro de 2016, o grupo de pesquisa Joana de Andrade foi convidado a participar da apresentação da nova proposta pedagógica do colégio, um momento muito importante para a comunidade e para nossa pesquisa, pois também foi nesse dia que fomos apresentadas a comunidade como pesquisadoras e falamos sobre as

² O grupo foi nomeado Joana de Andrade em homenagem a Dona Joana de Andrade, no dia de seu aniversário. Quilombola, moradora da comunidade João Surá, Dona Joana é inspiradora do grupo por tudo que ela nos representa como mulher negra e quilombola.

nossas intenções de pesquisa na comunidade, pedindo a permissão para iniciar um trabalho de parceria. A comunidade nos recebeu com muito carinho e autorizou que o grupo realizasse a pesquisa.

O trabalho desenvolvido influenciou não somente na minha aprendizagem e formação, mas interferiu diretamente na minha construção identitária. Em meio a conflitos sociais que o país enfrentou, e ainda enfrenta, principalmente no âmbito educacional, escolher pesquisar sobre essa modalidade fortaleceu posicionamentos que eu vinha construindo ao longo de minha trajetória e desencadeou vários outros posicionamentos, que desestabilizaram e modificaram “velhas” concepções eurocentristas, que tanto me incomodavam.

Essas mudanças não foram apenas epistemológicas, mas também de modo de vida. Em uma sociedade desigual, racista e machista, ser uma mulher negra não revela muitas opções de escolha no caminho a seguir. Quebrando paradigmas, escolhi pesquisar sobre as comunidades quilombolas, por me identificar com a força de resistência que esses povos desempenham até hoje. E com enfoque na educação, pois acredito na transformação social e no poder que a educação possui, principalmente para povos historicamente submetidos a diversas maneiras de opressão. Assim como Freire cita na Pedagogia do Oprimido:

O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em “círculos de segurança”, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. (FREIRE, 2015, p. 37)

No caso das mulheres negras, esses “círculos de segurança” são muito menores que para os demais. Por isso a radicalidade, ao encarar o desafio de realizar uma pesquisa etnográfica, se tornou ainda maior do que o imaginado. Ao traçar os objetivos da pesquisa traçava também os passos a seguir para realizar a última etapa da graduação. Nesse sentido foi preciso uma vasta busca por intelectuais que abordassem - além do discurso de raça, condição social, gênero, e territorialidade - um paralelo com a educação. Foi nas pedagogias insubmissas e nos pensamentos decolônias que o diálogo sobre os elementos elencados tomou mais proporção. Assim como Walsh vem elucidar:

[..] a transformação das relações e condições também requer uma aposta pedagógica que se estende criticamente a outros setores, com o afã de

facilitar também sua descolonização por meio de uma ação político-ética compartilhada, assumida e aliada. É nessa perspectiva pedagógica, político-crítica e de-colonial que poderia tomar e construir novos sentidos. (WALSH, 2009, p 37)

Tomando essas perspectivas como embasamento teórico, o trabalho de pesquisa se aprofundou na organização escolar e práticas educacionais na escola, a sua interação com a comunidade e com os documentos que embasam a educação escolar quilombola. Cada um dos capítulos traz pontos importantes analisados na pesquisa.

O primeiro capítulo vai detalhar com mais precisão a pesquisa realizada, buscando caracterizar a escola e a comunidade, trazendo elementos teóricos que conversem com outra perspectiva de organização para o ambiente escolar. Buscando discutir sobre território, sobre as identidades presentes nesse território e também sobre a força da ancestralidade que se faz presente nesse espaço. Também busca compreender sobre as lutas e desafios enfrentados pela comunidade.

O segundo capítulo apresenta discussões teóricas sobre a educação escolar quilombola no Brasil e sobre propostas de pedagogias insubmissas na América Latina, destacando a importância que os movimentos sociais exercem para a garantia de direitos, principalmente na educação. Também busca realizar uma discussão sobre as legislações que embasam a educação escolar quilombola.

O último capítulo busca discutir as práticas pedagógicas no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, contendo as legislações e com o Projeto Político Pedagógico do colégio e autoras e autores que discutem educação escolar quilombola e educações libertadoras autônomas.

O trabalho realizado revelou mais que práticas educacionais libertadoras e insubmissas, mas também uma força de re-existência e ancestralidade presentes em cada espaço do território.

2. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA – TERRITÓRIO, IDENTIDADE E ANCESTRALIDADE

“A educação é a maior arma para mudar o mundo”
Nelson Mandela

A pesquisa em torno da educação escolar quilombola teve início em 2016, o primeiro contato foi através de uma aula sobre o tema, porém aos poucos fui descobrindo quantas compatibilidades já tinha com essa temática. O fato de ser uma mulher negra me aproximou muito para o discurso sobre a diversidade e desigualdades sociais, e principalmente para as relações étnico-raciais e de representatividade, mas ao mesmo tempo muitas novidades foram enchendo meus olhos e minha mente sobre as lutas quilombolas pelo território e por educação. A minha entrada para o grupo Joana de Andrade na Universidade Federal do Paraná - coordenado pela Prof^a Dr^a Carolina dos Anjos de Borba, que trabalha com projetos sobre educação escolar quilombola e sua interface com o direito territorial - trouxe a oportunidade de pesquisar sobre educação escolar quilombola e sua relação com a comunidade.

A pesquisa realizada faz um recorte no estado do Paraná, que hoje possui em seus registros 43 escolas estaduais que atendem alunos quilombolas. Sendo que dois desses Colégios Estaduais estão dentro dos territórios das comunidades. A pesquisa aconteceu na comunidade João Surá, localizada no município de Adrianópolis - PR, na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, na região do Vale do Ribeira. O rio Pardo, que conflui com as águas do rio Ribeira, permeia boa parte da comunidade, que tem mais de 200 anos de existência, com aproximadamente 50 famílias morando no seu território. Para se chegar na comunidade é necessária uma grande jornada. Adrianópolis fica a mais 160 km de Curitiba e para chegar a cidade de transporte coletivo só é possível em dois horários do dia, um pelo início da manhã e o outro pelo final da tarde. Jornada essa que demora quatro horas de uma cidade a outra. De Adrianópolis até João Surá são mais 60 km de distância, aproximadamente duas horas em estrada de chão, e não tem um transporte público que faça esse trajeto, o

mais próximo que os ônibus chegam é em Porto Novo, nem a metade do caminho até a comunidade.



(Rio Pardo na comunidade João Surá, setembro/2017)

Para chegar até a comunidade é necessário ter um meio de transporte próprio (moto, carro, etc). O caminho é acompanhado pelo Rio Pardo e pelo Rio Ribeira, que também é uma divisa natural dos limites entre os estados de São Paulo e Paraná. Durante esse trajeto é possível admirar as belezas da natureza, preservadas pelas comunidades tradicionais que se localizam no vale do Ribeira, mas também é possível visualizar em meio às matas virgens, locais onde grandes fazendeiros se apropriaram e desmataram para as plantações de Pinus e Eucaliptos. Também se localiza muito próximo a comunidade - e em boa parte do que era território quilombola - o Parque estadual das Lauráceas. Nesta realidade se encontra o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, campo de interação da pesquisa.

2.1. IDENTIDADE DE GRUPO E ANCESTRALIDADE - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E TERRITÓRIO.

O nome carrega um importante aspecto, tanto para o indivíduo como para um grupo, ele que vai apresentar ao desconhecido as primeiras ideias de sua representação. O nome escolhido para escola tem muita importância para a história do quilombo. Diogo Ramos foi o primeiro professor do quilombo João Surá. Essa figura de tamanha importância e luta pela educação, é lembrado com muito respeito e carinho pelos alunos/os e professoras/es da escola; pois deixou uma tradição de educação nas suas descendentes que são professoras da escola. No site da Secretaria de Educação do Paraná - SEED é possível encontrar um trecho explicando um pouco sobre essa figura histórica do quilombo João surá:

Nesse contexto de realidade está o Colégio que recebe o nome de Diogo Ramos que foi o primeiro professor no local. As pessoas mais idosas da comunidade relatam que o professor era filho de uma negra escravizada em São Paulo. Ele foi estudar na França e quando voltou não ficou na cidade, seguiu pelo sertão e encontrou o quilombo. Diogo Ramos ensinava a escrever com um pauzinho de ponta, na casca do palmito jussara. (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, outubro/2016)

O nome do Colégio foi escolhido e indicado pelos mais velhos da comunidade, em homenagem ao primeiro professor de João Surá. Sua bisneta, Dona Joana de Andrade, conta que muitas pessoas do Vale do Ribeira vinham até a comunidade para aprender a ler e escrever com o Professor Diogo Ramos, e ele com poucos recursos buscava atender a quem o procurava. Outro importante fator nessa prática é a utilização da folha da casca do Palmito Juçara, que ao se escrever, vão se revelando aos poucos os traçados nela desenhados, transformando esse processo de aprendizagem mais interessante ainda.

A valorização desta figura tão importante para comunidade também é a valorização de sua construção como comunidade quilombola e de sua ancestralidade. Um processo de reconhecimento e representatividade que influencia de forma significativa na compreensão sobre este espaço e como ele é constituído, trazendo para a identidade do espaço educacional a identidade da comunidade. Essa foi a primeira impressão, sem antes conhecê-lo de fato, e revelou a força de re-existência que o espaço transmite e seu valor histórico, desconstruindo ideais de um passado

esquecido ou apagado pelo tempo. O nome Diogo Ramos carrega a ancestralidade que aviva dentro do território, e anuncia que neste espaço a educação certamente será diferente de outros espaços com nomes de falsos heróis, esvaziados de significado e que não transmite ao outro uma representatividade.

Próximo à escola também se encontra um posto de saúde, a Igreja de Santo Antônio e a Escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil João Surá. Todos estes espaços assim como a escola só estão neste lugar pela luta dos quilombolas da comunidade. A igreja, por exemplo, foi construída pela comunidade, sua primeira versão era uma capela onde os fiéis de vários lugares vinham fazer suas orações e preces a Santo Antônio. Os mais velhos da comunidade contam que ela surgiu de uma promessa e com o tempo foram melhorando a estrutura deste espaço.

A escola também foi conquista dos quilombolas que muito tiveram que lutar por esse espaço, buscando a mantenedora da escola, Secretaria Estadual de Educação - SEED, para relatar vários depoimentos sobre as dificuldades ao acesso à educação na comunidade. Através de muita luta a SEED criou um grupo para estudar a proposta de uma escola no Vale. Na época os alunos do Ensino Médio e Fundamental tinham que ir até a cidade na escola mais próxima para poder estudar, além das dificuldades já mencionadas, o percurso se dificultava ainda mais em dias chuvosos e no período noturno.

O Estado fornecia transporte para esses alunos, porém o ponto de encontro do transporte ficava longe para a maioria deles que tinha que percorrer até 12 km para poder acessá-lo. Em uma entrevista com o pedagogo do colégio, Benedito Floriano de Freitas Júnior, ele conta que vivenciou todas essas dificuldades, e que presenciou até mesmo acidentes no percurso, pois a estrada além de esburacada era também muito perigosa. Além disso os horários de aula aconteciam durante a noite, e no retorno os alunos chegavam de madrugada na comunidade, como aconteceu com ele, de chegar em casa às quatro horas da madrugada, nos dias em que havia imprevistos na estrada. Com todas essas dificuldades problematizadas e denunciadas pelos mais velhos da comunidade surgiu a iniciativa do colégio na comunidade. Outro fator que demonstra a organização e força da comunidade.

Em dezembro de 2008 foi formado o Colégio Diogo Ramos. Em 2009 a primeira turma de alunos foi matriculada e desde então sempre há muita procura pelo colégio. O colégio possui 35 alunos matriculados ao todo, a sua maioria no ensino fundamental. Grande parte dos alunos são de João Surá, mas há também alunos das comunidades vizinhas. O colégio tem em seu corpo docente 9 professoras/es sendo em sua maioria professores que são quilombolas. Todos atuam tanto no período da tarde como no período noturno. As professoras/es que não são da comunidade alugam uma casa próxima a escola e ficam durante a semana na comunidade, e aos fins de semana retornam para suas casas em Adrianópolis, uma rotina nada fácil para conciliar, mas que reflete o compromisso com a educação que esses professores possuem.

Em entrevista com Ramon Rodrigues Rosa, Professor que mora em Adrianópolis, e desde 2013 trabalha na escola, podemos saber um pouco mais sobre esse processo e de sua trajetória. Ele precisou da carta de anuência da comunidade para poder trabalhar na escola, um recurso fundamental para as comunidades quilombolas e indígenas de garantia que o ensino ministrado pelos professores vai ao encontro com os princípios da comunidade. Para isso, ele passou por uma reunião com a comunidade na busca de lecionar no colégio para a matéria de biologia, no qual ele tem formação. Contando um pouco desse início ele diz que:

Desde sempre a comunidade deixou claro o interesse da escola em ter professores da própria comunidade. Ciente disso, a minha função era formar alunos do ensino médio, mas para além, auxiliar na formação dos jovens para um dia se tornarem também professores da escola. (Ramon Rodrigues Rosa, agosto/2017).

Esta questão também está presente no Art. 56 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola como orientação para uma política nacional de formação de professores quilombolas, pelas especificidades da modalidade.³ Em sua fala ele aponta que fazer parte deste ambiente lhe trouxe muitas aprendizagens sobre a própria cultura quilombola, que ele não teve contato em sua formação escolar, e que

³ Art. 56 - Dada a especificidade das comunidades quilombolas rurais e urbanas do país, estas Diretrizes orientam os sistemas de ensino, em regime de colaboração, e em parceria com instituições de Educação Superior a desenvolver uma política nacional de formação de professores quilombolas.

pode aprender junto com seus alunos sobre essa representatividade que a Lei 10.639/03 proporcionou para as/os estudantes e professoras/es negras/os. Representatividade que está presente tanto nos materiais que os professores escolhem para trabalhar com as/os alunas/os (livros, matérias de pesquisas, etc.) quanto também no espaço físico da escola.

A representatividade já se anuncia na entrada do colégio, quando a primeira imagem que temos é de um portão destrancado, e ao lado do portão a frase do Nelson Mandela que diz “ A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. Ao lado também escrita na entrada da escola a Lei 10.639/03 e um pé de pimenta. Logo em seguida, também na entrada, se encontra o Sankofa - Adinkra africano que significa olhar para o passado e ressignificar o presente - talhada em madeira, em cima da placa que nomeia a escola: Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Abaixo uma faixa com a seguinte frase “Na Luta! Contra a ameaça de Barragens e Pela Educação Quilombola”.



(Entrada do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, outubro/2016)

Nas paredes vários Adinkras e pinturas retratando diferentes mulheres negras. Dentro das salas os trabalhos dos alunos em exibição, trabalhos realizados de anos passados e outros atuais. O mapa do continente africano. Um mural com o desenho dos “Heróis da comunidade” e dentre personalidades famosas também se

encontrava o rosto dos mais velhos da comunidade que inspiram os alunos. Símbolos da cultura afro-brasileira espalhados por todo o colégio.



(Parede do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, outubro/2016)

Um mural com as notícias escritas pelos alunos conjunto com as informações repassadas pelo colégio. Esta é a primeira impressão que temos do espaço físico da escola, um lugar acolhedor e que valoriza os alunos e sua cultura. Todos estes elementos têm influência direta no processo de aprendizagem destes alunos pois, segundo GOMES (2007) as identidades, assim como a diferença, não são inatas, elas passam por processos de construção contínuas, através de determinados contextos, e também:

[...] nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, ela é negociada durante a vida toda dos sujeitos por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com outros. Tanto identidade pessoal quanto a identidade social são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros. (GOMES, 2007, p. 22).

Assim se configura as relações no espaço da comunidade. O colégio se organizou num espaço que é da associação da comunidade, pois no momento de sua criação não havia um espaço destinado para o colégio. A associação emprestou a sua sede para a organização temporária do colégio até a entrega do novo prédio.

Atualmente o colégio tem quatro salas de aula, biblioteca, sala dos professores, sala de direção e coordenação pedagógica, secretaria, cozinha e uma horta. Ainda há dificuldades presentes, pois é pequeno para comportar uma escola. Sem contar que a associação da comunidade também precisa desse espaço para sua articulação. A biblioteca fica dentro de uma sala de aula, o armazenamento dos alimentos se encontra na sala da direção. Um prédio maior resolveria estes e outros problemas. Esta estrutura já está construído, em 2006 já se planejava um projeto específico para o colégio, porém ocorreram alguns conflitos sobre a construção do prédio:

Esse projeto que procurava responder a solicitação de um ambiente circular apontado pelos técnicos da CEC e do GTCM61 acabou se tornando padrão para as escolas a serem construídas em quilombos e em ilhas. Entretanto, apesar de institucionalizar procedimentos relativos à construção de escolas em quilombos, a padronização desconsiderava as especificidades geográficas e culturais de outras comunidades. Considerando a narrativa acima, a implementação de uma política educacional quilombola deve levar em consideração os diferentes tempos dos processos de regulamentação da proposta, institucionalização e construção das escolas, procurando manter uma sincronia entre esses diversos momentos, sem a qual, a Proposta pode não ser efetivamente operacionalidade. (CRUZ, 2012, p. 103).

Ainda hoje o prédio não foi entregue a comunidade, a estrutura física já está pronta, porém acabamentos como instalação elétrica ainda não estão finalizadas.

O espaço do colégio é de todos da comunidade, o portão fica aberto, todos podem entrar, as salas de aula também ficam com as portas abertas no momento da aula, é um ambiente convidativo em todos os sentidos. Ainda se encontra uma horta com ervas medicinais e hortaliças, que são cuidadas por todos; e cada planta ali cultivada tem sua importância. Em várias das visitas de campo pudemos partilhar do alimento produzido na horta da escola e cultivado pelos alunos. Todos esses conhecimentos são transmitidos de geração para geração, e fazem parte do ensino na escola. A biblioteca é repleta de livros, desde livros didáticos a mais diversas literaturas, muitos livros de pesquisa afro-brasileira e sobre países e comunidades na África, sobre a cultura e ensinamentos de comunidades tradicionais. Quem faz o controle da saída e entrada de livros é a secretaria do colégio, mas, assim como os outros espaços, a biblioteca fica aberta o tempo todo no momento das aulas, e todos os alunos cuidam e respeitam esse espaço. Assim também como eles ficam à-vontade para fazer leituras e pesquisas durante o período que estão na escola.

Os ensinamentos atravessam as paredes da escola e percorrem todo o território de João Surá; como nas atividades que são realizadas no entorno da escola. Assim ocorreu com a Casa da Memória, onde toda a comunidade em parceria com o colégio restaurou uma das casas da comunidade, feita de barro e pau-a-pique, que posteriormente se transformou no museu da comunidade. Assim também ocorreu com a atividade que foi desenvolvida da cartografia da comunidade, onde os alunos reproduziram os espaços do território discutindo funções do conhecimento geográfico. Essas e outras ações ultrapassam os espaços ditos escolares e proporcionam diferentes aprendizagens.



(Imagens da reforma na Casa da Memória realizada coletivamente em uma ação do colégio com a comunidade. Fotos Rosilene Komarcheski-2016)

O governo do estado construiu um novo prédio para a escola, com mais salas, feito de alvenaria, que foi planejado para comunidades quilombolas, porém ainda não foi finalizado; faltam ainda alguns ajustes para a finalização das obras e entrega do

novo prédio, com isso a entrega da escola ainda não tem uma data estabelecida. No espaço onde a nova sede da escola está instalada era também um local de lazer para a comunidade, onde acontecia interações com muitas outras comunidades quilombolas vizinhas. A comunidade cedeu seu espaço de interação para o projeto do colégio com a promessa de entrega e perdeu seu espaço de interação para algo que ainda não tem previsão de uso.

A escola se adequa às datas específicas de feriados, datas comemorativas, de acordo com a realidade da comunidade, com duzentos dias letivos, férias de meio de ano, férias de fim de ano, semana pedagógica seguindo os dias estabelecidos pela SEED. A diferença também ocorre no horário de funcionamento da escola, pois as aulas se iniciam às onze horas e trinta minutos da manhã, e finaliza as atividades às quatro horas da tarde, isso para as turmas de 6º ano até o 9º ano. Já para o ensino médio as aulas iniciam às seis horas da tarde e finalizam às dez horas da noite. Essa diferença ocorre principalmente pelo transporte que os alunos precisam para poder ir ao colégio e a distância da escola, ainda que fique dentro da comunidade, influencia nos horários, pois tem alunos que moram a 4 km de distância da escola, e apesar de alguns alunos morarem mais perto, a maioria precisa de transporte para a escola. Para garantir que todos acompanhem as aulas, os horários de funcionamento respeitam as adversidades da rotina desses alunos. Princípio esse já mencionado anteriormente na análise realizada sobre as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Além de respeitar esse princípio é dar a condição que os pais e os avós destes alunos não tiveram em relação à educação e que buscam a todo custo garantir para as futuras gerações.

2.2. OS SUJEITOS ATUANTES NO ESPAÇO ESCOLAR E SUAS TRAJETÓRIAS

Em entrevista o pedagogo Benedito Floriando de Freitas Júnior define que a função da educação escolar quilombola é “dar para o sujeito condições de compreensão de sua trajetória e da realidade social no qual ele vivencia”. Nesse sentido é importante também compreender quem são esses sujeitos que vão pensar, organizar e conduzir a aprendizagem dentro do espaço escolar quilombola. Givânia

Silva (2016) destaca a importância de se pensar a formação dos professores para também refletir sobre o currículo e a formação dos estudantes. Assim ela diz:

[...] pensar o currículo a partir dessa perspectiva e dos novos significados requer que a formação de cidadãos e cidadãs, em especial das professoras e professores, tem a missão de estabelecer o diálogo entre os saberes históricos e socialmente construídos e os saberes adquiridos por cada um e cada uma, a partir de sua cultura, do seu pertencimento, de suas identidades e do mundo que os cerca. (SILVA, 2016, p.95)

A escola tem poucos anos de funcionamento, teve sua autorização somente em 2010, e está fechando o quarto mandato de direção. A direção é exercida por Cassius Marcelus Cruz, que, assim como todos os outros funcionários, precisou de uma carta de anuência da comunidade para poder exercer o cargo de diretor. No caso do diretor atual, que já tinha um vínculo anterior com a comunidade e foi indicado para o cargo, essa tramitação foi mais tranquila. Além de ter formação em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, ter mestrado em educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, e estar cursando o doutorado, o diretor já atuou em outros espaços educacionais como a própria SEED, onde coordenava políticas de educação para as relações étnico raciais e educação quilombola.

O diretor divide seu tempo na comunidade e também Curitiba, pois muitas das ações e reuniões da SEED acontecem na capital. Essa rotina de conciliar o trabalho na comunidade e também vida pessoal não é exclusiva do diretor, mas alguns professores também passam um bom tempo longe de suas casas e famílias para se dedicar ao colégio. O diretor cuida dos dois períodos de funcionamento da escola, divide as funções de gestão com o pedagogo do colégio e exerce o princípio de gestão democrática na tomada decisões. Além de cuidar da gestão do colégio, o diretor auxilia no desenvolvimento de projetos e de interação com a comunidade.

Assim como a atual direção respeita o currículo diferenciado para esta modalidade, a direção anterior também exercia um trabalho de valorização da cultura e tradições, bem como os conhecimentos da comunidade. Ainda hoje os moradores lembram da antiga diretora, Nara Souza Oliveira, com muita felicidade, pelo trabalho no qual ela desenvolveu com a escola. Ambas as direções tiveram empenho e respeito com o que implica educação escolar quilombola. Também tiveram a preocupação em

trazer para dentro do colégio cada vez mais a comunidade, pois a valorização do conhecimento quilombola ocorre não somente na sala de aula, mas quando existe a representatividade nos espaços de poder por essa população; isso inclui valorizar a especialização e formação dos quilombolas para estarem ocupando os espaços escolares, como professores/as, diretores/as, pedagogos/as.⁴

O trabalho pedagógico da escola, é realizado por Benedito Floriano de Freitas Júnior, que além de ser um homem negro, também é quilombola. Hoje além de dividir as funções de gestão do colégio ele também coordena as ações pedagógicas e auxilia no planejamento e prática dos professores na escola. Em entrevista ele relata um pouco de sua trajetória e a importância que o colégio representa para a comunidade de João Surá. Vindo de uma realidade nada fácil do trabalho agrícola o desejo de se tornar professor foi um propulsor para escolher outros caminhos, ainda mais desafiadores pois o acesso à educação era muito difícil para os quilombolas do vale, as dificuldades causadas pela distância poderia ser um impedimento, mas a busca pela formação prevaleceu. Através dessa luta pela educação, dele e todos da comunidade, hoje muitos alunos não precisam passar pelas mesmas dificuldades na qual ele teve que passar.

A sua experiência de vida também se reflete na prática, onde tudo é organizado de forma coletiva. No convívio com os professores há uma troca de conhecimentos e reconhecimento do trabalho de cada um. Possibilidade criada através do trabalho pedagógico desenvolvido pelo pedagogo que conhece e confia em sua equipe. Os conhecimentos teóricos e práticos, sobre o princípio da proposta educacional que o colégio desenvolve, está presente em todas as falas, e no trabalho pedagógico que ele desenvolve no colégio, mostrando conhecimento com o espaço e com as práticas desenvolvidas pela modalidade conjunto aos interesses da comunidade - da qual ele faz parte – além da sensibilidade no desempenho da função que exigem muito deste profissional.

⁴ Porém também evidencia um problema de ordem maior: a falta de oportunidade no ingresso de quilombolas no ensino superior. O espaço acadêmico ainda não é de fácil acesso para moradores do quilombo. Mas com a parceria entre colégio, comunidade e universidade foi possível trazer para esse espaço um curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR, e que proporciona novas oportunidades para a comunidade.

O corpo docente do colégio é em sua maioria feminino, as professoras que trabalham na escola acompanham o ensino fundamental e o médio. Cada uma com uma história de vida recheada de conquistas. O grupo é construído entre professoras da comunidade e professoras que moram em Adrianópolis ou em outras comunidades. Durante a pesquisa foi possível acompanhar o trabalho desenvolvido em sala de aula por algumas professoras. A formação das professoras em sua maioria é pelo Ensino a Distância, algumas com mais de uma graduação. O curso de Licenciatura do Campo, ofertado pela Universidade Federal do Paraná, e que tem uma turma em João Surá, também está proporcionando que muitas professoras, principalmente os quilombolas, pudessem ter uma graduação para lecionar.

As professoras que moram em Adrianópolis e lecionam optaram por alugar uma casa na comunidade e passam a semana longe de suas casas, de suas famílias, para se dedicar ao ensino, a principal motivação é na prática de um ensino diferenciado, de uma pedagogia libertadora, e que se encontra em locais que valorizam a educação. Mas cada uma tem suas motivações pessoais para continuar a ensinar no Colégio E. Q. Diogo Ramos. As professoras quilombolas ensinam para as crianças tanto os conhecimentos normativos do ensino, como também os conhecimentos da comunidade. Estabelecendo assim um espaço que tem representatividade nesse espaço de poder.

O corpo docente do colégio problematiza com seus/suas alunos/as as questões relevantes da comunidade, tornando o ensino significativo para os alunos. Essa mediação de conhecimento que as professoras tanto se empenham em realizar é reconhecida na sua interação com os demais moradores da comunidade. A valorização do território é presente em sala de aula, por exemplo nas práticas onde as professoras propõem para a turma uma pesquisa de campo para localizar as plantas de cunho medicinal na comunidade; onde as professoras propõem para sua turma o estudo da língua estrangeira problematizando questões raciais; onde as professoras propõem para sua turma o ensino de diferentes esportes pautando questões de desigualdade de gênero; onde as professoras propõem para sua turma um mapeamento cartográfico do território da sua comunidade. Dizer que essas propostas são muito difíceis para se aplicar no ensino pode ser uma justificativa para

não trazer conteúdos com verdadeiro significado para dentro da sala de aula. Silva retrata isso em seu livro também dizendo:

Apesar da obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar da educação básica, ainda tem se reproduzido os mesmos modelos historicamente apontados como excludentes. Corriqueiras justificativas são usadas para assegurar o não tratamento da temática pelo conjunto das instituições públicas ou privadas. (SILVA, 2016, p.106)

Há um compromisso com a proposta no qual todos ajudaram a realizar que apesar de parecer muito diferente o que esses/essas professores/as estão fazendo é apenas ensinando Biologia, Inglês, Educação Física e Geografia para seus alunos, porém confluindo com os conhecimentos que os alunos já têm, com suas experiências na comunidade e com outros olhares e protagonistas para cada conteúdo. Nada que não seja além do que os seus alunos precisam, e tem direito a aprender.

Os alunos frequentam o ensino fundamental e o médio no colégio. São em sua maioria meninos no ensino fundamental e meninas no ensino médio. Acompanhando a rotina escolar de cada uma das turmas foi possível perceber como cada turma se relaciona com suas professoras, com o colégio e com toda a comunidade. Essa experiência revelou o protagonismo dos alunos no seu colégio e a relação de pares que se estabelece nesse ambiente. O respeito que os alunos transmitem nas suas ações é de despertar encantos aos mais diversos educadores, e acompanha esses alunos não somente nos espaços escolares, mas por todo os ambientes no qual eles frequentam.

O engajamento dos alunos nas lutas pelo território reflete quando os alunos falam sobre a sua comunidade através da valorização do meio ambiente, do respeito em relação aos mais velhos, e aos mais novos. O olhar de admiração sobre os conhecimentos que a comunidade possui e em muitos outros gestos. Assim como seus professores, os alunos também se importam com a educação buscam sempre conhecer mais, nos espaços da escola é possível encontrar no horário de intervalo alguns alunos na biblioteca fazendo pesquisas, ou a ansiedade em estar na escola aprendendo. A lógica de convivência social desses alunos é pautada no respeito com o outro. Todos se cumprimentam e conversam entre si.

O que é possível também encontrar entre esses alunos é o resgate da infância para essa faixa etária. Adolescentes que brincam, mas que também resistem. Por mais difícil que seja o contexto social, os alunos conseguem exercer o seu direito de brincar e o seu direito de aprender. Além disso também exercem o seu direito na participação da gestão escolar e tem representatividade nesses espaços. A criticidade do discurso desses alunos é por compreender as relações complexas que se estabelecem ao seu entorno, o colégio potencializa essa capacidade, que cada aluno já possuía enquanto ser humano. Mas o colégio tem o papel fundamental de ser esse espaço de possível protagonismo juvenil para esses alunos, e que compreende que esses alunos não são o futuro da nação, eles são o presente, atuantes na transformação social.

O colégio trouxe também uma nova possibilidade de trabalho que modificou a realidade da comunidade. O trabalho na manutenção, alimentação, organização e limpeza do colégio conta com uma equipe comprometida com a educação. O colégio necessita destes profissionais que fazem toda a diferença desse ambiente. A equipe de limpeza e de alimentação são as mais fundamentais, toda a rotina da escola depende de quem está incumbido em realizar estas funções.

A alimentação é realizada no colégio, por isso recebe uma atenção especial para enfatizar esse trabalho que é cozinhar para muitas pessoas todos os dias, com o cuidado e responsabilidade que exige esse ato. E também é o melhor horário do dia quando se anuncia o intervalo e o aroma da comida caseira muito bem elaborada, como num convite, nos conduz para se alimentar. Isso também garante o desempenho dos alunos e professores, no decorrer do dia, para uma melhor aprendizagem. Também destaco o trabalho incessante da limpeza do colégio, pois, sem esta função seria muito mais difícil a aprendizagem no colégio. Por mais consciente que o colégio seja, ainda é difícil se organizar com a mesma responsabilidade que a equipe do colégio possui na sua função, os/as alunos/as contribuem com a limpeza e organização de forma muito significativa e consciente. Os trabalhos administrativos também auxiliam no funcionamento do colégio. Todas as funções citadas merecem um reconhecimento especial, sem esta equipe o Colégio E. Q. Diogo Ramos não seria tão especial assim.

2.3. LUTA ANCESTRAL PELO TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO - DESAFIOS DA COMUNIDADE E DA ESCOLA

Assim como o trabalho realizado pelo colégio, a pesquisa também atravessa as salas de aula, percebendo as lutas e conquistas da comunidade de João Surá, participando, assim, da valorização dos conhecimentos quilombola. A comunidade está passando pelo processo de titulação das terras do seu território. Apesar da existência do artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e do Decreto 4887/03, que regulamenta a criação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, a luta pela permanência da terra ainda se situa no âmbito jurídico. Espera-se o reconhecimento do poder público, na manutenção da terra. Entretanto, nem sempre a intervenção do poder público põe fim ao conflito. Com a criação do Parque Estadual das Lauráceas muitas famílias foram retiradas de suas casas - onde tinham suas criações, plantações e trajetórias - e foram realocadas para outros locais.

A comunidade também enfrenta a constante ameaça de fazendeiros interessados no território quilombola para o desmatamento e cultivo de pinus e eucaliptos. E os problemas se agravam com a ameaça de uma barragem no Rio Ribeira que se construída vai atingir não somente João surá, mas também outras 18 comunidades do vale, isso em dados fornecidos pela Fundação Palmares e pela própria empresa interessada na construção da barragem. A ameaça já se estende por anos sobre as comunidades do vale, assim como reporta o Movimento dos Ameaçados por Barragens - MOAB:

O Rio Ribeira de Iguape, localizado ao sul do estado de São Paulo, é o último grande rio paulista que não possui barramento. A região é muito conhecida por suas riquezas e belezas naturais, possui a maior porção de mata atlântica conservada do país, um extenso número de cavernas preservadas e a presença de muitas comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhos quilombolas e caiçaras. No entanto, a região também é conhecida por possuir os menores índices econômicos do estado de São Paulo, por seus problemas na regularização fundiária e titularização das terras quilombolas e principalmente pela luta do povo contra a construção de hidrelétricas na região. (MOAB, 2013)

Os moradores de João Surá, assim como outras comunidades do vale, se organizaram para lutar contra essas ameaças e evitar tragédias como a ocorrida em Mariana - MG em novembro de 2015. Infelizmente as comunidades quilombolas como

a de João Surá ainda precisam continuar a resistir a todas as intimidações que vem oprimindo as maiorias insurgentes do Brasil. O colégio desempenha um papel importante na continuidade dessa luta, incentivando os alunos a desenvolverem senso crítico e buscarem compreender as desigualdades sociais existentes no país. Esse ato transparece o compromisso que os envolvidos com essa modalidade de ensino desempenham no Colégio E. Q. Diogo Ramos.

A utilização da educação como poderosa arma contra as opressões que a sociedade desempenha, sobre as comunidades e outros povos tradicionais, não é uma realidade vivenciada somente no Brasil. Na América Latina existem também outros movimentos que buscam as pedagogias como forma de insubmissão ao sistema. Nessa perspectiva Rincón relata que nas comunidades afro-caribenhas, localizadas em Nariño - Colômbia, a organização de uma educação própria que almeja a libertação e descolonização dos processos pedagógicos nas comunidades negras exige um vasto processo de desconstrução:

São vários os elementos que marcam este projeto de educação libertadora. No entanto, um aspecto central é a consideração de que a pedagogia e a educação em geral devem estar a serviço de um projeto de desobediência aos mandatos oficiais, na medida em que estes não correspondem aos interesses sociais, econômicos, culturais e políticos das comunidades afro em Nariño. (RINCÓN, 2015, p. 87) ⁵

Esse movimento de rompimento com o domínio colonial emerge novas possibilidades para diferentes olhares na educação. O desafio da educação libertadora, é também o desafio de uma sociedade que respeite a diversidade e que se comprometa com a transformação social, visando políticas de bem viver entre os diferentes povos.

⁵ Son varios los elementos que marcan este proyecto de educación liberadora. Sin embargo, un aspecto central es la consideración de que la pedagogia y la educación en general deben estar al servicio de un proyecto de desobediencia a los mandatos oficiales en cuanto éstos no se corresponden con los intereses sociales, económicos, culturales y políticos de las comunidades afro em Nariño.

3. RE-EXISTENCIA - DESMISTIFICANDO A TRAJETÓRIA DO BRASIL NEGRO E QUILOMBOLA

“ Estava na cara que a mudança não seria imediata, mas havia
Uma tremenda esperança de que o processo
Que havíamos desencadeado levasse
À realização do sonho da educação
Como prática da liberdade. ”

bell Hooks

As conquistas mais importantes para a população negra do Brasil, no campo da educação, têm pouco tempo de vigência, mas carregam nelas os anos de esforços que o movimento negro teve para alcançá-las. Esse movimento acontece em diferentes comunidades da América latina, que buscam autonomia na educação, a valorização do conhecimento local, a luta antirracista e a desconstrução de um pensamento homogêneo e colonialista nos espaços escolares das comunidades afro-latinas. Assim como Baronnet problematiza em seu artigo, sobre uma educação libertadora e própria buscada pelos Zapatistas no México, afirmando que:

Eles apostam na descolonização dos processos de gestão política, administrativa e pedagógica das escolas. A administração autônoma representa uma forma coletiva de tornar a educação disponível, acessível, aceitável e adaptável às particularidades da sociedade multicultural e rural. (BARONNET, 2015, p.68)⁶

A proposta de compreender como funciona e se organiza a prática educacional em escola Quilombola ainda é recente no espaço acadêmico e na LDB/96- Leis de Diretrizes Bases da educação. O foco, neste capítulo é para a educação escolar quilombola, e como se deu o processo de instauração dela e de suas Diretrizes. Aprofundando o debate sobre a legislação que embasa a educação

⁶ Apuestan a la descolonización de los procesos de gestión política, administrativa y pedagógica de las escuelas. la administración autónoma representa entonces una forma colectiva de facilitar que la educación esté disponible y sea accesible, aceptable y adaptable a las particularidades de la sociedad multicultural y rural.

escolar quilombola poderemos também discutir sobre novas perspectivas e proposta para uma educação antirracista, de outras pedagogias, pedagogias insubmissas.

3. 1 MOVIMENTOS DE INSURGÊNCIA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO

A resistência do povo negro no Brasil ainda é pouco retratada nos espaços educacionais, muitos estigmas e preconceitos sobre a população negra e de seus costumes, desencadeiam várias situações de discriminação e violência geradas pelo racismo. A história do povo negro no Brasil carrega muitas dores, assim como carregam marcas de resistência que existem até hoje.

Os quilombolas tiveram grandes influências em vários períodos da história nacional, quando se analisa as revoltas e lutas contra a escravidão, e também em uma esfera territorial. A luta pelo direito à terra e seu cultivo vem construindo cenários até os dias atuais. Desde as sesmarias e terras devolutas há conflitos pelas terras, pois quando devolutas não havia políticas de assentamento para os trabalhadores (MOURA, 2012) com a proibição de doações e regularização das terras, com a compra e venda, isso em 1850, para o incentivo de subsidiar a imigração europeia. Porém como Moura cita abaixo:

Fazendeiros recusaram-se registrar as terras, o que questionava os limites de suas posses. Em 1870, raros haviam regulamentado as terras registradas, levando a lei ao fracasso. As terras no Brasil eram possuídas por poucos, um bem de capital não acessível à população. As doações previam estabilizar o pretendente, que teria escravos e se comprometeria e se comprometeria a fazer benfeitorias. Bandeirantes encaminharam muitos processos de solicitação de terras, porque se embrenharam sertões adentro a descobrir riquezas e a povoar o Brasil Central. Dada a legislação, poucos tiveram pleitos atendidos. (MOURA, 2012, p. 39)

Por muito se manteve o imaginário em que os quilombos se desfizeram após a abolição da escravatura em 1888. Tal pensamento se perpetuou através da geopolítica do conhecimento voltada ao eurocentrismo, propagando ideologias racistas ao relacionar o negro como inferior, promovendo imagens estereotipadas e ofensivas sobre a população negra e legitimando o epistemicídio principalmente em espaços educacionais. Assim como Mignolo enaltece quando diz que:

Esses deslizamentos sutis podem ter sérias consequências: no século XVIII, muitos intelectuais do Iluminismo condenaram a escravidão, mas nenhum deles parou de pensar que o negro africano era um ser humano inferior. Esses preconceitos e cegueira perpetuam a geopolítica do conhecimento. (MIGNOLO, 2007, p. 34)⁷

E apesar das políticas de invasões diplomáticas e não diplomáticas (MIGNOLO, 2007) de extermínio da população negra – de outras populações e culturas não brancas – o que se percebe é também um movimento contra hegemônico e de resistência a essas imposições. Assim se tem uma nova configuração do conceito para o quilombo, onde o espaço de resistência e concentração de forças também tem em sua lógica de funcionamento a existência e a preocupação com o bem viver. Sem deixar de lutar pela garantia de direitos, os quilombolas buscaram, e ainda buscam o reconhecimento territorial e cultural. Na Constituição de 1988 se estabeleceu que:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 1988).

Essas conquistas só são possíveis pela pressão e organização da luta dos quilombolas. Já em 2003 foi assinado o Decreto nº 4.887 que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (Brasil, 2003). De extrema importância para os quilombolas, pois na luta territorial também é a valorização da cultura. Assim Cruz traz em sua pesquisa a reflexão sobre a educação ter além da função de estratégica para as comunidades em auxiliar na garantia de direitos, também de ser uma problemática na forma como está inserida nesses espaços:

A articulação desses elementos com o questionamento sobre o sentido da escola e de sua função social, em um contexto em que a formação não apenas projeta uma expectativa de deslocamento das crianças do campo para uma inserção no espaço urbano, como frustra essa expectativa - devido ao fato dessa mesma formação não ser elemento suficiente para inserção no mercado de trabalho -, inclui a educação na pauta de demandas quilombolas a partir de uma lógica estratégica de reconhecimento, ou seja em que escola pode potencializar o reconhecimento social dos quilombolas. Sob essa perspectiva a escola é apresentada tanto como problema, quanto alternativa.

⁷ Estos sutiles deslices pueden ser de graves consecuencias: en el siglo XVIII muchos intelectuales de la Ilustración condenaron la esclavitud, pero ninguno de ellos dejó de pensar que el negro africano era un ser humano inferior. Estos prejuicios y cegueras perpetúan la geopolítica del conocimiento.

A isso deve-se sua inserção na pauta de reivindicações do quilombolas.
(CRUZ, 2012, p.109)

Nesse sentido, se faz importante compreender melhor como está organizado as legislações que garantem para os quilombolas o direito à educação, como a Lei de Diretrizes e Bases para a educação escolar quilombola, e também as especificidades da educação voltada para as comunidades quilombolas.

3. 2 LEIS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Em 1995 aconteceu o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, realizado durante a Marcha Zumbi dos Palmares; neste momento foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Um momento importantíssimo para as comunidades quilombolas nas articulações para a regulamentação territorial. Essa comissão tinha o intuito de mobilização e articulação das comunidades para a conquista de direitos. E com essa configuração foi difícil o governo não responder às demandas exigidas, o movimento se configurava em uma outra maneira e era reconhecido pelo estado.

É neste contexto que a questão quilombola ganha peso no cenário nacional. O reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, gerando proposições legislativas em âmbito federal e estadual, promovendo a edição de portarias e normas de procedimentos administrativos consoante à formulação de uma política para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas. (CONAQ, 2017).

A CONAQ teve, e ainda tem, grande influência em procedimentos que certificam a garantia dos direitos de comunidades quilombolas do Brasil. Como em 2003 onde foi ter mais profundidade na legislação do art. 68, aqui já mencionado, onde a educação é afirmada como direito as comunidades quilombolas. Também em 2003, conquistamos a implementação da lei 10.639/03 que

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

Esta lei trouxe além do reconhecimento das lutas, um sentimento de vitória de batalha que se tinha somente como discurso. Tendo assim presente na Lei de Diretrizes e Bases da educação os seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

IV - promoção do esporte educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

A LDB com tais modificações vem para garantir o ensino da história que no item anterior trouxe como reflexão a atuação do povo negro e a consolidação dos quilombos na história. Respeitando a cultura e contribuição dessa grande parcela da população na qual não se via representada no modelo educacional brasileiro. Venho também ressaltar o art. 28 citado acima, que se refere a educação do campo que precisa ter um olhar diferenciado no ensino, adaptando os currículos escolares para a realidade, que é, muitas vezes, vivenciada em diversas comunidades quilombolas que estão situadas em zonas rurais.

Em 2012 foi decretada a lei de cotas para o ensino superior estabelecendo que:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE . (BRASIL, 2012).

Todas essas leis e políticas afirmativas não foram consolidadas por bondade dos governantes. Assim como as leis proclamadas no período imperial tiveram grande pressão popular, essas leis e políticas de ação afirmativas só se estabelecem pelo engajamento da população negra nas lutas por direitos nesta sociedade excludente. Essas leis que muito tardias vem para sanar algumas das dificuldades que foram ao longo dos anos impostas pelos brancos ao povo negro, ainda são escassas comparadas aos danos e atrocidades causadas pelos colonizadores a população negra e indígena do país.

Também em 2012 foi implementada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Essa conquista também foi o resultado das lutas de militantes quilombolas, pressionando o Governo Federal a atender da melhor maneira as necessidades das comunidades. Nela se estabelece várias determinações para o ensino formal dos quilombolas prevendo toda a estrutura de ensino e suas especificidades. Detalhando desde os objetivos previsto para a modalidade até as formas de avaliação, professores e profissionais atuantes nesse espaço, estrutura física, interação com a comunidade, e muitos outros pontos essenciais para uma educação de qualidade dentro dos territórios quilombolas.

O que venho destacar das Diretrizes é que fica ordenado que todos estabelecimentos de ensino, que atendam alunos quilombolas, seja ele de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive Educação a Distância, devem ter em seus currículos as adaptações necessárias para atender as especificidades da educação escolar quilombola. Adequando sua estrutura curricular, a formação continuada dos professores e outros aspectos fundamentais para essa modalidade.

As diretrizes orientam os estados, Distrito Federal e os municípios na organização e disposição de seus planos de ensino, em específico nesta modalidade. Cada órgão já citado deve organizar seus próprios projetos educativos acerca da temática. O Estado do Paraná não possui uma Diretriz Curricular específica para a

educação escolar quilombola, mas possui uma Proposta Pedagógica para a Educação Escolar Quilombola no Estado, seus direcionamentos estão inclusos na modalidade de educação do campo. Está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Escolar Quilombola que é função do estado organizar suas próprias diretrizes para a modalidade, assim como garantir a construção e manutenção das escolas, garantir a formação inicial e continuada para professores quilombolas. Este último é de extrema importância, pois é o que de fato diferencia a educação, com base nas diretrizes para essa modalidade em comparação às outras modalidades de ensino, distinguindo a educação da escolarização.

3.3 EDUCAÇÃO X ESCOLARIZAÇÃO - A REPRESENTATIVIDADE NO ESPAÇO EDUCACIONAL

Existe uma grande diferença entre educação quilombola e educação escolar quilombola. A primeira está ligada a todos os ensinamentos que acontecem no território quilombola: pode ser através de passagem de tradições e conhecimentos de pais para filhos, pode ser também as experiências que o ambiente proporciona, pode ser o contato com as histórias dos ancestrais, enfim, tudo que está ligado a práticas de aprendizagem e ensino no quilombo. Já educação escolar quilombola se refere a uma educação em um espaço formal, que a instituição escola oferta para os alunos quilombolas, trazendo em seu conteúdo todas as especificidades detalhadas no item anterior.

A educação escolar quilombola tem que atender as demandas da comunidade, respeitando a diversidade que está presente neste espaço. Esta não pode estar desvinculada com a educação quilombola, e tudo o que permeia como importante para esse grupo em especial. Para isso é necessário estar em contato frequente com os quilombolas, conversando e tentando entender como a lógica de organização diferenciada desse grupo pode ser inserida nesse espaço de formação. No item anterior foi tratado como as legislações que embasam a educação dialogam com as necessidades da comunidade. É importante que as orientações previstas aconteçam na prática para garantir que ocorra a educação para as comunidades e não somente a “escolarização”.

A comunidade, unanimemente, afirma que precisa de um outro modelo de escola, ou melhor, de uma escola dentro do quilombo, onde crianças, jovens e adultos possam estar estudando e aprendendo um pouco mais. Entendem que essa escola deva ser informatizada, com tudo que é moderno, de modo que tenham acesso a todos os recursos que podem fazer do lugar onde residem um lugar mais próspero possível. A escola tem que servir para dar prosseguimento a tudo aquilo que eles estão lutando; a escola tem que, primeiramente, acolher uma proposta que lhes permita viver em sociedade – na diferença e também na igualdade – uma escola anti-racista[...]. (NUNES, 2006, p. 359)

Assim como a autora relata acima, a escola precisa oferecer qualidade de ensino incluindo uma proposta diferenciada e acolhedora no território quilombola. Porém, percebemos o descaso com as escolas públicas, quando as leis citadas acima têm pouco tempo de vigência, isso mostra o quanto a educação do Brasil não se preocupou em atender as necessidades desse grupo em específico. E quando os alunos estão nesses espaços de formação eles estão sujeitos a organização, aos conhecimentos, as normas e condutas que a escola oferece. É um grande problema quando as escolas tendem a enfatizar somente a escolarização e não a educação dos seus alunos para essa realidade diferenciada. A maneira como isso ocorre já inicia quando a escola não tem em seu currículo as adaptações necessárias para atender alunos quilombolas, seja ela no território ou em outros espaços. Este ato pode colaborar com outras manobras de homogeneização que estão sujeitas a acontecer no espaço escolar onde não se valoriza as diversidades.

Tratar a questão da diversidade e da diferença, para a grande maioria dos professores e gestores, não deve trazer a especificidade da questão étnico/racial. Ao implementar a lei nº 10.639/03 que insere nos currículos escolares de ensino fundamental e médio a História e Cultura Afro-Brasileira, uma das grandes dificuldades que se colocam não é a questão do conteúdo a ser explorado, mas das emoções que vão ser mexidas, e que estavam, até então, guardadas em lugares não percebidos, onde se alojam nossos preconceitos que, por vezes, emergem disfarçados na indiferença[...] (NUNES, 2006, p. 355)

Nunes (2006) relata um fator muito importante quando aponta a dificuldade de se trabalhar com essas emoções que afloram ao deparar-se com a temática das relações étnico-raciais. Mas essa dificuldade não pode ser usada como justificativa para não ser abordado os temas “polêmicos” no ensino. Os professores e gestores precisam estar preparados para lidar com as dificuldades que cerceiam esse tema, para isso a formação continuada é elemento chave para auxiliar nas complexidades

vivenciadas na prática docente. Também é importante estar presente na graduação desses profissionais a discussão obrigatória dos assuntos relacionados às diversidades, pois somente se inteirando do assunto para poder se sentir mais seguro e apto para conduzir reflexões mais produtivas sobre a temática.

Sabemos também que o racismo precisa ser combatido no Brasil, ainda existem muitas barreiras a serem vencidas quando se trata de racismo. A educação é uma poderosa estratégia combativa para ideologias racistas e preconceituosas inculcadas na sociedade, porém a muito tempo vem sendo usada para reforçar estereótipos e hegemonias da elite dominante para um controle social onde a pessoa negra é inferiorizada e subalternizada. Assim como a autora vem relatar abaixo:

Com relação ao racismo, além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação e o nível de aspirações do negro. Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro, às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização pela maioria da população negra de uma auto-imagem desfavorável. Essa visão negativa do negro começa a ser transmitida no textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. Desta forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os “lugares apropriados” para as pessoas de cor. (GONZALES, 1982, p. 91)

Para reverter esse quadro de discriminação racial que ainda não foi superado a educação é uma importante ferramenta para mudanças nas perspectivas e para construção de uma sociedade com mais igualdade de direitos e com respeito às diversidades. Mas até agora essas leis estabelecem uma relação teórica da questão racial, da educação, da educação quilombola e educação escolar quilombola. Para entendermos como essa educação pode ser um instrumento de emancipação e enfrentamento do racismo precisamos compreender como essas relações se estabelecem na prática.

4. ESCOLA INSUBMISSA - PROPOSTA PEDAGÓGICA DO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS

“A esperança como uma necessidade ontológica
Que urge para se enfrentar a raiva
E construir o amor ”

Catherine Walsh

As teorias aqui já discutidas só se fazem verdadeiramente compreensíveis através das práticas. A escola escolhida carrega uma importância ainda maior, pois além de receber quilombolas ela está inserida dentro do território. Existe ainda uma grande diferença no que é pensado teoricamente e o que se aplica na prática, pois nesse caminho muitos agentes interferem até chegar na efetuação. No aspecto educação esse fator se apresenta com frequência, e por isso as instituições buscam a formação continuada dos professores e demais agentes da escola. Esse interesse na formação dos professores está presente em muitas propostas das pedagogias insubmissas principalmente para desconstrução de pensamentos hegemônicos, e também para a propagação de uma proposta educativa ligada as comunidades e de valorização dos conhecimentos locais, por exemplo:

Desconstruir a terminologia educativa oficial com o propósito de descolonizar o discurso pedagógico e educativo desde a construção do pensamento próprio nas comunidades afronariñeses, é um dos elementos centrais do processo de formação dos professores. (RINCON, 2015, p. 82)⁸

Sobre a temática de educação étnico-racial, e para outros aspectos educacionais da diversidade, o quadro de teoria X prática se agrava ainda mais. Pensar em uma educação libertadora é também pensar em uma educação antirracista, de desobediência, autônoma e coletiva, que seja realmente transformadora, sendo entendida para além do sistema educativo (WALSH, 2009) mas, como frisei no capítulo anterior, essas configurações são recentes em legislações e no espaço acadêmico, e elas acabam sendo ainda mais recentes nos

⁸ Deconstruir la terminología educativa oficial con el propósito de descolonizar el discurso pedagógico y educativo desde la construcción de pensamiento propio en las comunidades afronariñenses, es uno de los elementos centrales del proceso de formación de los maestros.

espaços educacionais formais. Esse fenômeno acontece pela longa homogeneização da proposta educacional no país, assim como outros países que também foram colonizados e explorados, e que buscaram através da organização dos diferentes movimentos sociais o rompimento com parâmetros euro-centristas no espaço educacional.

Nesse sentido livramo-nos dos velhos esquemas, em que a educação pouco tem combatido as amarras e as algemas que foram criadas e consolidadas historicamente, causando danos sociais, psicológicos e econômicos à população negra. O racismo, a discriminação, as visões estereotipadas em relação às pessoas negras, em muitos casos, são fortalecidas pelos próprios sistemas educacionais, exigindo mais do que uma intenção de fazer. É preciso “desconstruir” os “velhos esquemas” postos e preencher as lacunas deixadas historicamente por um pensamento único, uma história única. O desafio é construir formas que possam efetivamente contribuir com novos referenciais para as vidas das professoras e professores, e alunos e alunas negras e não negras; isso deve ser uma busca constante. (SILVA, 2016, p. 101).

Por isso esse movimento dentro do espaço institucional precisa estar muito internalizado nos seus agentes e na sua identidade educacional. O Projeto Político Pedagógico é um dos documentos escolares que embasam todo o trabalho realizado na instituição. A construção da identidade dessa instituição está na elaboração neste documento. No caso de uma escola quilombola ou de uma instituição que atenda alunos quilombolas, o PPP precisa conter a identidade deste grupo em específico se adequando a todas as especificidades que a temática propõe. Nele se encontra toda a caracterização da instituição, as concepções, projetos curriculares e avaliativos da escola, etc. A identidade de cada instituição está presente no PPP e precisa ser compreendida com facilidade por todos da comunidade escolar. O PPP não pode ser somente um documento de registro, mas sim um documento de identidade, que apresente os princípios de cada instituição.

Nesta direção é necessário pensar qual é o projeto educacional da escola, pois é este que lhe confere identidade. Projeto este que permeia e se traduz em todos os espaços e tempos escolares, pois é no todo de sua organização que a escola assume e revela a sua função social na sociedade. (SOUZA, 2005, p. 5)

Por isso o PPP traz com sigla uma originalidade que permite a instituição incorporar as diversidades que as comunidades escolares apresentam, e então pensar um espaço que represente a comunidade. Neste caso para compreender a identidade escolar do Colégio E. Q. Diogo Ramos é importante também analisar o seu

PPP e contrapor o documento com o que acontece na prática, e se seus agentes estão realmente cientes da proposta que a escola planejou.

4.1 UMA PROPOSTA DE UNIÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

O novo projeto político pedagógico - PPP do colégio contou com a participação e construção coletiva da comunidade. No dia 3 de outubro de 2016 o projeto sistematizado foi apresentado para comunidade pelo diretor e o pedagogo da escola. Em um primeiro momento eles relataram a história, o diagnóstico e as propostas de ação que foram debatidas anteriormente através de reuniões e grupos de trabalho, que tinham o intuito de discutir e decidir como seria novo PPP do colégio.

Para a elaboração do PPP foram organizados grupos de trabalhos, coordenados pelos próprios quilombolas e profissionais do colégio. Os grupos foram divididos entre Anciões, Jovens, Pais e Mães de Alunos (PPP C. E. Q. Diogo Ramos, 2016). Esses grupos foram pensados para haver maior interação na discussão, visando o princípio de horizontalidade no desenvolvimento do trabalho realizado.

Os grupos tinham a tarefa de discutir e listar ações que valorizassem alguns princípios para a educação no colégio, como o fortalecimento dos valores éticos e da cultura quilombola, e também das formas tradicionais de relação com o trabalho, a produção e o manejo ambiental e territorial. Essa iniciativa de trabalho aborda as questões de autonomia e autogestão dentro de uma proposta de pedagogia insubmissa, onde a própria comunidade define o que é melhor para o grupo, assim Baronnet aponta a necessidade de se estabelecer essa prática para garantir um espaço de aprendizagem pertinente e descolonizador dizendo também que:

Contra a atual dinâmica de profissionalização docente, o povo são atores coletivos que legitimam ou deslegitimam conhecimento que deve ser ensinado em cada escola chamada autônoma. Isso significa que os fenômenos de autogestão atividades etno-educacionais ocorrem em um espaço territorial envolvido em movimento de insubordinação pedagógica que corresponde às comunidades [...] (BARONNET, 2007, p.64)⁹

⁹A contracorrente de esta dinámica de profesionalización docente, el pueblo es el actor colectivo que legitima o deslegitima los conocimientos que se deben enseñar en cada escuela denominada

Após a realização destas oficinas, os grupos apresentaram, em formato de assembleias, os resultados das discussões e debates. Depois dessas conversas, foi sistematizado o que a comunidade decidiu em conjunto, e formulado o Projeto Político Pedagógico do Colégio E. Q. Diogo Ramos. Nos diagnósticos levantados pelos quilombolas, surgiram três apontamentos para a construção da proposta pedagógica: valorização dos aspectos culturais da comunidade, valorização da luta quanto aos aspectos territoriais e sobre as consequências políticas da sociedade em relação as comunidades quilombolas. Um dos problemas relatados é em relação aos conhecimentos ocidentais, que são valorizados em outras situações como ponto de vista principal, ou único. Questionando este fato e propondo que exista uma relação entre o conhecimento quilombola e o conhecimento ocidental, produzindo um pensamento crítico de fronteira. Dentro destes questionamentos foram listados outros problemas a serem superados e que atrapalham no desenvolvimento do trabalho pedagógico do colégio, como a regularização fundiária do território, a infraestrutura da escola, quedas constantes de energia elétrica e outros tantos problemas que interferem diretamente no trabalho pedagógico.

As dificuldades acima destacadas explicitam que ainda há um longo percurso, em termos de qualificação de infraestrutura e recursos humanos para efetivar PPQuilombola, entretanto as direções e as equipes pedagógicas que compuseram o Colégio desde sua criação vem adotando ações com vistas a que alguns de seus princípios já sejam implementados. (PPP C. E. Q. Diogo Ramos, p.20, 2016)

Outro ponto levantado nos diagnósticos foi a participação do espaço escolar nas lutas da comunidade, para proporcionar aos jovens mais engajamento sócio-político nas tensões vivenciadas pelos quilombolas com mais posicionamento crítico. A partir destes e outros apontamentos a gestão do colégio sistematizou as informações para formular o novo PPP do colégio.

4.2 OLHARES SOBRE AS REALIDADES DA COMUNIDADE - CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

Segundo o PPP do colégio, o papel da escola está na preparação do aluno para um posicionamento crítico e de transformação do quadro social desigual e

autónoma. Esto significa que los fenómenos de autogestión etnoeducativa ocurren en un espacio territorial implicado en el movimiento de insumisión pedagógica que corresponde a las comunidades

preconceituoso no qual estamos inseridos atualmente. Neste mesmo viés se discute sobre a infância, adolescência e juventude, onde compreende os direitos da infância, pautados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, onde toda criança tem o direito a direitos básicos para vida humana, isso inclui direito a cultura, educação, direito à vida comunitária. E no PPP é enfatizado o direito da criança ao brincar, e que faz parte da concepção de construção de identidade do adolescente e do jovem. Também está presente no documento a ênfase na propagação do incentivo às tradições da comunidade e no desenvolvimento de um olhar crítico em especial para as desigualdades do mundo, para que este jovem seja ativo no combate às desigualdades e no enfrentamento dos conflitos da comunidade. Assim aderindo a luta pelo direito ao território.

Para a concepção de cultura a escola parte de uma análise diacrônica e sincrônica dos fatos, valorizando os aspectos da cultura quilombola e compreendendo a cultura africana e afro-brasileira como algo que não permaneceu imutável. E traz a valorização dessas culturas para o espaço escolar enaltecendo as suas contribuições como na tecnologia onde os povos Egípcios tiveram estudos avançados na medicina e nos cálculos matemáticos que auxiliaram profundamente os estudos para a contribuição da tecnologia. E na tecnologia da própria comunidade, na construção de casas de barro, na confecção de máquinas como as Farinheiras, e etc.



(Atividade do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, de confecção de peneiras, objeto utilizado pelos moradores da comunidade no auxílio das práticas agrícolas. Na imagem os alunos do colégio tendo formação com os mais velhos da comunidade. Outubro/2017)

Assim, estabeleceram conceitos do que acreditam como conhecimento, e a gestão escolar tem que ser baseada em três princípios chaves para a educação da escola Diogo Ramos: Trabalho, Mutirão e respeito ao Combinado. O trabalho que é fonte do sustento das famílias de João Surá, e também uma das vias de transmissão do conhecimento na comunidade, o mutirão que a ação em grupo, onde todos se ajudam, e o combinado que expressa a força da palavra, onde o que é dito tem valor e deve ser cumprido.

Essas concepções embasam o pensamento sobre o fazer pedagógico no colégio e o que move as ações em cada instancia, assim Nunes (2016, p.172) nos provoca a refletir também que “a passagem das crianças quilombolas pela escola, deve, prioritariamente, fortalecê-las na possibilidade de lutas por direitos ainda negados [...]” esse fortalecimento visto em prática está na ação dos professores ao analisar os espaços ao entorno da comunidade, e problematizar estas questões com seus alunos. Atitudes que foram possíveis presenciar em prática da sala de aula, onde uma disciplina que trabalha a educação física, ao mesmo tempo, trabalhava sobre o machismo no espaço esportivo do país e do mundo e como ele pode estar nas atitudes dos alunos. Atentando a maneiras de combater esse comportamento. Esse trabalho só é possível por levar em consideração as concepções que buscam a transformação social.



(Atividade do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, de confecção de peneiras, objeto utilizado pelos moradores da comunidade no auxílio das práticas agrícolas. Na imagem uma professora e os alunos do colégio. Outubro/2017)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando conheci o lugar que tanto ouvia falar, as primeiras impressões que o nome do colégio trouxe se confirmaram, um espaço que já em sua entrada deixa suas marcas identitárias e também seus dilemas. O trajeto vai nos contando histórias sobre o quilombo João Surá, cada curva de rio, cada pé de árvore, cada pedacinho de chão até a escola anuncia a força ancestral que se encontra em João Surá. Força essa que é impossível de se transmitir nos textos, nem em palavras. A compreensão desse sentimento só se faz com os pés no chão.

A pesquisa que desenvolvi buscou compreender como esta modalidade educacional se organizava em suas práticas e no convívio com a comunidade. Esse desafio realizado em pouco mais de um ano de pesquisa desconstruiu a forma em que eu enxergava o mundo ao meu redor. A primeira desconstrução se deu na metodologia de pesquisa escolhida, pois compreender o papel da pesquisadora no campo de pesquisa e como ela interfere teve grande importância no momento de aprofundar as relações construídas na comunidade. João Surá é um grande polo de produção científica em torno do tema sobre comunidades quilombolas, porém nenhuma pesquisa realizada neste território é capaz de decifrar como é a grandiosidade de poder conhecer os/as quilombolas que re-existem na comunidade.

Todas as teorias só fazem sentido quando podemos observá-las em prática. Assim pude aprender muito mais do que pude contribuir com a pesquisa desenvolvida. O primeiro ensinamento foi sobre levar a sério o que território diz, o que seu interlocutor diz, e também o que ele não diz. Foi muitas vezes no silêncio que aprendi os maiores ensinamentos, para isso é preciso ter a sensibilidade de compreender o que é dito e o que não é dito. O segundo ensinamento que a pesquisa proporcionou é sobre esse espaço de militância e produção acadêmica, administrar as duas interfaces não é tarefa fácil, mas reserva um impacto social que é combustível para a aplicabilidade de novas perspectivas educacionais. Todo ato educacional é também um ato político. No caso da educação escolar quilombola é mais do que um ato político, é um ato de re-existência. A terceira aprendizagem é sobre a valorização das relações estabelecidas durante o desenvolvimento da pesquisa. É importante saber

que construí, além do conhecimento, boas amizades, estas que marcaram profundamente minha trajetória. Afirmar essas relações de amizade é um ato para contrariar concepções metodológicas de simples denúncia, e demonstrar o respeito que desenvolvi com a comunidade. Enfatizando que:

De maneira ainda mais ampla, proponho a interculturalidade de crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros” – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras. (WALSH, 2009, p.25)

Assim como Walsh, busquei evidenciar na pesquisa desenvolvida não somente uma outra modalidade educacional, mas sim outros olhares a se pensar o fazer pedagógico. Encontrei na prática exemplos reais e possíveis de insubmissões e de mobilização através do espaço educacional. Os ensinamentos aprendidos, e outros tantos, são parte das concepções defendidas na proposta pedagógica que a comunidade defende. Um movimento que se mostrou muito maior do que o imaginado. Um movimento desestabilizante que busca provocar, movimentar e modificar as concepções que a sociedade branca-dominadora insiste em submeter aqueles que não se encaixam. No desencaixe foi possível compreender a construção de identidade que vai imergindo aos poucos para romper com as amarras da colonização.

A educação escolar quilombola que acontece na comunidade João Surá superou as expectativas criadas durante o planejamento do projeto, pois legitima a possibilidade de se estabelecer uma educação escolar quilombola que dialogue com a comunidade, que seja libertadora e busque a quebra dos padrões hegemônicos, eurocentristas e capitalistas. Uma educação antirracista e comunitária, que valoriza o conhecimento da comunidade. A escola busca não somente atender as obrigações descritas na Diretrizes do ensino básico; vai além, buscando respeitar os “combinados” – normas e princípios da comunidade –, principalmente no conceito de conhecimento dentro e fora da sala de aula, fazendo com que o aprendizado se dê em todos os espaços da comunidade. Os princípios do Projeto Político Pedagógico

do colégio levam em conta lutas e conquistas do quilombo João Surá, assim como a forma de educar que transborda os espaços escolares. A escola não está desvinculada do território, ela é um espaço de lutas e de conquistas desse quilombo.



(Atividade com os estudantes realizada na pesquisa, Agosto/2017)

Vivemos tempos difíceis na conjuntura atual do país, tempos de retrocessos de direitos, principalmente para populações historicamente subalternizadas na sociedade brasileira. Os atos de um desgoverno, formado pela elite masculina branca do país, vem atingindo de forma devastadora as políticas públicas que promovem maior equidade social. O período de realização da pesquisa foi também marcado pelos cortes de verba e investimento na educação e em outros setores que não interessam a elite dominante. Para as comunidades quilombolas, que vivem constantes ameaças em relação ao território, a situação se agrava com o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003 (ADI nº 3239-DF). Tornar o Decreto inconstitucional é anular o direito das comunidades a titulação de seus territórios, e favorecer a bancada ruralista que promove chacinas contra quilombolas e indígenas no país. Por isso é tão importante entender esse espaço no qual a escola faz parte, para poder agregar mais vozes na luta por nenhum quilombo a menos.

Muitos outros apontamentos poderiam ter acontecido durante essa pesquisa, a beleza da educação escolar quilombola é que não se esvazia os aprofundamentos que podem ser pesquisados, porém os objetivos elencados nesta pesquisa foram alcançados e superados. Finalizar essa etapa é poder olhar para trás e se orgulhar do concebido, e olhar para frente e enxergar novas possibilidades para continuar a indagar respostas. “São estas pedagogias ou apostas pedagógicas que se dirigem para a libertação destas correntes, ainda presentes nas mentes, e para a reexistência de um desígnio de “bem-viver” e “com-viver” onde realmente caibam todos. ” (WALSH, 2009) E é em busca destas pedagogias que parto para outra etapa, sem encerrar as possibilidades que a educação escolar quilombola me proporcionou.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal: Centro Gráfico, Brasília, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das*. Brasília, 2003.

BRASIL. *Lei 9.394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira*. Brasília, 2003.

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.239/ DF, Relator: Peluso, C.* Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/>> Acesso em: 20 Novembro 2017

BARONNET, B. El movimiento zapatista y la educación para la autonomía, In: MELGAREJO, P. M. *Pedagogías Insumissas: Movimientos Político-Pedagógicos y Memorias Colectivas de Educaciones Otras en America Latina*. ed. Juan Pablos Editor Chiapas, 2015. p 49-73

CONAQ. *Nossa História*, 2017. Disponível em: <<http://conaq.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 12 Outubro 2017.

CONTANDA, F. C. et al. *Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução*. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. *Ciências Humanas: Pesquisa e método*. ed. UFRGS, Porto Alegre, 2008. p. 63-84.

CRUZ, C. M. *Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio*. 2012, 199 f. Tese (Mestrado em Educação) UFPR, Curitiba, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. ed. 59^a. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2015.

GOMES, N. L. *Indagações sobre Currículo: Diversidade e Currículo*. Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, Brasília, 2007.

GONZALEZ, L. *Lugar do Negro*. ed. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

MELGAREJO, P. M. *Pedagogías Insumissas: Movimientos Político-Pedagógicos y Memorias Colectivas de Educaciones Otras en America Latina*. ed. Juan Pablos Editor Chiapas, 2015.

MIGNOLO W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. in: CASTRO-GÓMEZ, S. GROSGOUEL R. El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, ed. Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá, 2007, p. 25-47.

MOURA, G. *Festas dos Quilombos*. ed. EDU - UNB, Brasília, 2012.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. ed. UFF, Niterói, 2004. p. 15-34.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. *Para entender o negro no Brasil de Hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos*. ed. 2^a. ed. Global, São Paulo, 2006.

NUNES, G. H. L. Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos. In: BRAGA, M. L. D. S.; SOUZA, E. P. D. Dimensões da Inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. ed. MEC/SECAD, Brasília, 2006, v. 01, pp. 343-360.

SOUZA, E. P. NUNES, G. H. L. MELO, W. F. Memórias, Territorialidade e Experiências de Educação Escolar Quilombola, ed. UFPel, Pelotas, 2016

RINCÓN, J. E. G. Educación propia, educación liberadora o pedagogía de la desobediencia en las comunidades. In: MELGAREJO, P. M. *Pedagogías Insumissas: Movimientos Político-Pedagógicos y Memorias Colectivas de Educaciones OTRAS en America Latina*. ed. Juan Pablos Editor, Chiapas, 2015. p 73-92

ROSEMBERG, F. BAZILLI, C. SILVA, P. V. B. D. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, Janeiro/Junho 2003.

SILVA, G. M. *Educação e Luta Política no Quilombo de Conceição das Crioulas*. ed. Appris, Curitiba, 2016.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. in: CANDAU, V. M. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e proposta, ed. 7 Letras, Rio de Janeiro, 2009, p.12-42.